

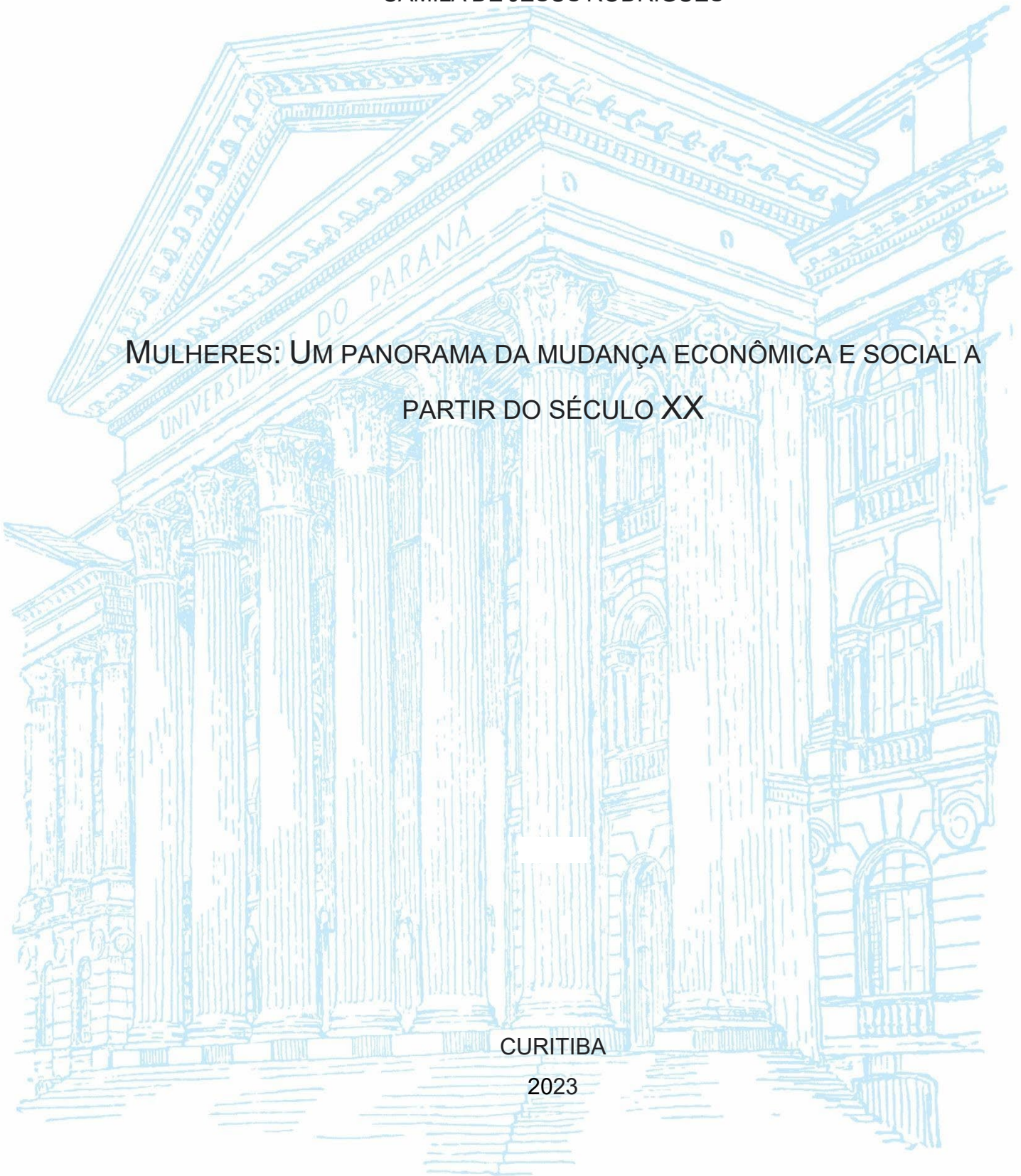
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA DE JESUS RODRIGUES

MULHERES: UM PANORAMA DA MUDANÇA ECONÔMICA E SOCIAL A  
PARTIR DO SÉCULO XX

CURITIBA

2023



CAMILA DE JESUS RODRIGUES

MULHERES: UM PANORAMA DA MUDANÇA ECONÔMICA E SOCIAL A  
PARTIR DO SÉCULO XX

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador(a): Profa. Dra. Raquel R. de M. Guimarães

CURITIBA

2023

## TERMO DE APROVAÇÃO

CAMILA DE JESUS RODRIGUES

### MULHERES: UM PANORAMA DA MUDANÇA ECONÔMICA E SOCIAL A PARTIR DO SÉCULO XX

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

---

Profa. Dra. Raquel R. de M. Guimarães

Orientadora – Departamento de Economia, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

---

Profa. Dra. Profa. Larissa Naves de Deus Dornelas

Departamento de Economia, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

---

Profa. Prof. Junior Ruiz Garcia

Departamento de Economia, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que se veem à margem da sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e luz no caminho até aqui e, além disso, por ter sido o conforto nos momentos difíceis e me fornecido sabedoria para agir em diferentes momentos.

Agradeço ao meu esposo, Aluizio Monteiro Schuster Junior, por ter se mostrado paciente nos momentos turbulentos, por ter demonstrado tanto amor, carinho e respeito, e além de tudo ter apoiado e incentivado a continuar e realizar os meus sonhos e projetos.

Agradeço aos meus pais, José Ronildo Rodrigues e Solange Aparecida da Silva e a minha irmã Gabriela de Jesus Rodrigues, por terem me ensinado e incentivado a trilhar o caminho da bondade e dos estudos.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná e a minha Orientadora Profa. Dra. Raquel R. de M. Guimarães, por terem me fornecido a base que eu necessitava e o conhecimento para concluir com louvor o curso de Ciências Econômicas.

## **Mulher Feminista**

Insisto em ser  
o que apavora  
o que me cobram  
não posso dar  
se não cabe no que  
é ser mulher.  
que não me basta  
ser apêndice  
sou liberdade de corpo  
inteiro  
de corpo livre.  
não quero menos  
só quero pleno  
só quero igual.  
[Lia Sena]

## RESUMO

Neste trabalho, é apresentado o contexto histórico da mulher brasileira a partir do século XX, bem como, a sua influência para o molde da sociedade. A mulher do início século XX é oprimida pela opinião masculina, sendo incumbida a realizar serviços domésticos e cuidar dos filhos. De fato, a influência patriarcal-capitalista foi grande na vida desses seres, no qual era visto o homem de preferência branco, hetero e cisgênero como figura central do poder. Com o advento da sociedade, as mulheres começaram a ingressar no mercado de trabalho, no entanto, a situação na qual eram expostas era precária, por isso, começaram a lutar pelos seus direitos, sendo eles: menores jornada de trabalho, maiores salários e igualdade dentro do ambiente do trabalho. O resultado desta luta, foi a criação de leis que as protegiam contra as diversas discriminações dentro e fora de casa. A mulher do século XXI é aquela que foca na independência e no trabalho, embora não deixe de lado a família, tendo como consequência a sobrecarga de todos os lados. Para realizar o estudo de todo este contexto apresentado, fez-se necessário pesquisa bibliográfica, no qual, foi possível apresentar diversas visões históricas e sociais da contribuição da mulher para a sociedade. Dentro deste contexto, os dados buscados no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que apesar dos avanços em diversas áreas da sociedade, ainda temos um longo caminho a percorrer para chegarmos a uma equidade de gênero. Neste trabalho foi possível pontuar também a importância do Estado com aplicação de políticas públicas eficazes na vida das mulheres para alterar o ciclo de disparidade de gênero.

Palavras-chave: História das mulheres; evolução, mercado de trabalho; contribuição econômica; contribuição social.

## **ABSTRACT**

In this work, the historical context of Brazilian women from the 20th century onwards is presented, as well as their influence on the mold of society. The woman of the beginning of the 20th century is oppressed by male opinion, being incubated to perform domestic tasks and take care of children. In fact, the patriarchal-capitalist influence was great in the lives of these beings, not which the preferably white, straight and cisgender man was seen as a central figure of power. With the advent of society, women expected to enter the labor market, however, the situation in which they were exposed was precarious, so they expected to fight for their rights, namely: shorter and longer working hours and equality within of the work environment. The result of this struggle was the creation of laws that protected them against various types of discrimination inside and outside the home. The woman of the 21st century is the one who focuses on independence and work, although she does not leave her family aside, resulting in overload on all sides. In order to carry out the study of all this presented context, bibliographical research was necessary, in which it was possible to present different historical and social views of women's contribution to society. Within this context, data collected from the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) indicate that, despite advances in various areas of society, we still have a long way to go to achieve gender equality. In this work, it was also possible to point out the importance of the State with the application of public policies effectively in women's lives to change the cycle of gender disparity.

Keywords: History of women; evolution, labor market; economic contribution; social contribution.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO GLOBAL DE MULHERES E HOMENS EM CARGOS DE LIDERANÇA.....	23
--	----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO MÉDIO DE HORAS SEMANAIS DEDICADAS AOS CUIDADOS DE PESSOAS E/OU AFAZERES DOMÉSTICOS DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE.....	28
TABELA 2 - NÚMERO MÉDIO DE HORAS COMBINADAS NO TRABALHO REMUNERADO E NOS CUIDADOS DE PESSOAS E/OU AFAZERES DOMÉSTICOS DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR REGIÃO E GÊNERO.....	29
TABELA 3 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR REGIÃO.....	30
TABELA 4 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SEXO E GRANDES REGIÕES.....	30
TABELA 5 - RELAÇÃO ENTRE MATRICULADOS E CONCLUINTES DOS CURSOS COM MAIOR NÚMERO DE MATRICULADOS, POR SEXO.....	31

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
ONGs	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	16
1.1.	JUSTIFICATIVA .....	17
1.2.	OBJETIVOS .....	17
1.2.1.	OBJETIVO GERAL .....	17
1.2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
1.3.	METODOLOGIA.....	18
2.	MULHER NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX.....	18
3.	AS INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NA VIDA DOS SERES FEMININOS .....	24
4.	MULHERES DA CONTEMPORANEIDADE .....	28
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32
	REFERÊNCIAS.....	34

## 1. INTRODUÇÃO

Entre o final do século XIX e início do século XX observam-se diversos acontecimentos que moldaram a história do Brasil. Dentre eles podem-se citar a abolição da escravatura em 1888, migração de colonos para atuarem no mercado de trabalho, industrialização delineando a economia e as diversas correntes de pensamentos ideológicos que percorreram durante séculos. Diante disso, destaca-se a presença feminina dentre cada acontecimento.

Inicialmente, é importante destacar a história da mulher escrava no Brasil, na qual era exposta em ambientes extremamente hostil e muitas vezes mortas pelos donos de terras e pelos próprios parceiros de escravidão (DIAS, 2012). Com a abolição da escravatura, esses seres, apesar de libertos, viviam à margem da sociedade, pois sofriam preconceito, não conseguiam trabalhos e nem alimento para sobreviver. Sem dúvidas, a dívida social, moral e econômica que o Estado deve a essas pessoas é incalculável.

Já as mulheres que não eram escravas, também sofriam pela desigualdade de gênero. Segundo Rosemberg (2012), no âmbito do estudo, o acesso ao conhecimento era limitado, sendo permitido às escolas ensinarem apenas afazeres domésticos ou que eram considerados femininos na época. As mulheres, quando nasciam, já eram intituladas a serem esposas, mães e donas de casa, além disso, o trabalho doméstico e a educação dos filhos, era considerado como dever individual da mulher.

As mulheres iniciaram no mercado de trabalho a partir da metade do século XX, no entanto, naquele período eram vistas como seres frágeis e fáceis de serem manipulados pela figura masculina (RAGO, 2004), recebendo baixos salários e trabalhando em condições insalubres.

Todavia, com o avanço histórico e a melhoria das leis trabalhistas, as mulheres conquistaram um importante espaço em um universo que era dominado pelos homens, migrando da submissão para cargos que antes, eram inalcançáveis. Mas, mesmo na contemporaneidade, encontramos muitas figuras femininas que estão excluídas deste meio, principalmente aquelas que estão em um cenário de vulnerabilidade social. Isso ocorre devido a um conjunto de variáveis, como: gravidez na adolescência, falta de uma rede de apoio, machismo, preconceito racial e interrupção precoce da educação básica. Dito isto, faz-se necessário o Estado, agir

como intermediador de interesses das classes, para que todos tenham direitos e deveres iguais.

Desta forma, nesta monografia, após apresentar a história da mulher no Brasil e as variáveis que influenciam na vida econômica e social durante o século XX, apresentaremos, através de dados buscados no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como as mulheres se encontram na contemporaneidade e as possíveis ações que o Estado poderia fornecer para fomentar o desenvolvimento e a equidade dos seres femininos.

## **1.1. JUSTIFICATIVA**

A justificativa deste trabalho surgiu através da vivência da aluna, que aqui escreve, em entender o motivo de presenciarmos uma sociedade limitada, segmentada e segregada. Desta forma, fez-se necessário analisar as variáveis dependentes que influenciaram a história da vida das mulheres.

No decorrer da história a mulher apresentou grandes contribuições na economia do Brasil, no entanto, o processo que ocorreu durante os últimos séculos foi cruel. As mulheres sofreram opressão dentro e fora de casa, ocasionando uma ruptura social e moral enorme a esses seres. Por isso, faz-se necessário analisar o contexto histórico e identificar as variáveis que refletem na vida das mulheres, para que seja possível aplicar políticas adequadas a fim de minimizar a disparidade de gênero.

## **1.2. OBJETIVOS**

### **1.2.1. OBJETIVO GERAL**

Apresentar o contexto histórico, econômico e social que refletiu na realidade da vida dos seres femininos a partir do século XX.

### **1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Apresentar a história da mulher no Brasil a partir do século XX;

2. Apresentar as variáveis que compuseram e influenciaram a vida dos seres femininos;
3. Apresentar os dados sociais e econômicos das mulheres na contemporaneidade.

### **1.3. METODOLOGIA**

Este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e análise dos dados buscados no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica da história do Brasil e analisado como as mulheres vivem a partir do século XX. Inicialmente, é destacado as opressões que sofriam a partir do ano de 1900, onde esses seres eram calados e proibidos de expressarem as suas vontades.

No decorrer do trabalho, destaca-se as vitórias que as mulheres alcançaram após muita resistência e manifestações em prol dos seus direitos. Dando continuidade ao contexto, verifica-se que a mulher que transita do século XX ao século XXI é marcada por foco no trabalho e independência, no entanto, ainda tem como responsabilidade o cuidado a família, sendo assim, destaca-se através dos dados apresentados a dura realidade da jornada múltipla, sendo dividida entre trabalho, estudo e família. Por isso, fez-se necessário apresentar as possíveis políticas públicas que o Estado poderia aplicar na sociedade a fim de minimizar a disparidade de gênero.

## **2. MULHER NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX**

No Brasil colônia, encontra-se diversos relatos do trágico trabalho escravista, iniciando com a exploração dos índios e migrando para o tráfico humano dos africanos, que era incentivado pela Coroa. Segundo Fausto (1996), o tráfico humano dos africanos era extremamente lucrativo para os “Senhores” e acelerava a produção do açúcar no Brasil. Neste período, as mulheres escravas, trazidas em menores números, eram submetidas a trabalhos domésticos. A fertilidade era extremamente baixa, devido às condições na qual eram expostas, além disso, para os proprietários de escravos, não era vantajoso que escravas ficassem grávidas, por terem um alto custo para manter as crianças até que elas pudessem fornecer o trabalho produtivo,

por isso, preferiam exportar os escravos nos navios negreiros, com idade apta para o trabalho (FAUSTO, 1996).

As mulheres escravas, eram usadas também como amas de leite para os filhos dos senhores. O sexo forçado negligenciava o prazer da mulher, enquanto o homem poderia fazê-lo quando quisesse. Isso, fazia com que houvesse uma procriação não desejada por parte da mulher, obrigando-as a criarem filhos de homens que não a agradavam de forma emocional, social e moral (SCOTT, 2012).

Isso só teve um declínio, após as diversas tentativas de resistência dos escravos, e foi através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, que a partir de 13 de maio de 1888, que este ato passou a ser crime, como apresenta a Lei Nº 3.353: “Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.” (BRASIL, 1888).

Com o advento do trabalho no Brasil, observou-se um grande número de imigração de colonos, que conseguiram a maior parte da mão de obra ofertada, devido ao ápice da produção cafeeira, no entanto, com as crises surgindo, houve um processo de êxodo rural dessas pessoas, e assim, começou a surgir o avanço da industrialização, caracterizado por maior demanda, aumento de produção e redução de custos. (FAUSTO, 1996).

No período de industrialização, o fordismo e o toyotismo foram largamente utilizados, tendo como principal objetivo alta produtividade com baixo custo. Como relatado por Pistori (2002), nesta época, os donos de capital valorizavam características como: *Just in time*, *Kanban*, terceirização e multifunções. No entanto, é possível enxergarmos dois grandes grupos que começaram a se formar neste período: Os donos de capital e o proletariado.

Os proletários eram submetidos a salários baixos e condições insalubres durante a jornada de trabalho (HOBBSAWM, 2000). Isso ocorria, pois com o avanço tecnológico, a produção artesanal já não era mais necessária no mundo industrial e o que eles tinham a oferecer era a força de trabalho, que era desvalorizada e eram praticamente obrigados a aceitarem o pouco que recebiam, para sustentar as suas famílias.

As mulheres iniciaram no mercado de trabalho a partir do século XX, no entanto, apesar da longa jornada de trabalho, elas ainda continuavam realizando os afazeres domésticos, ou seja, a mulher iniciava a vida de jornada dupla (SCOTT, 2012).

Segundo Rago (2012) as mulheres eram vistas pelos operários masculinos e pelos donos de capital como frágeis e fáceis de manipular, assim, o salário que já era baixo para os homens, era ainda menor para as mulheres. No entanto, com as crises se aproximando, o desemprego aumentou, fazendo com que as mulheres voltassem a ser “donas de casa”. Além disso, o machismo da época também tinha grande influência para que as mulheres não continuassem na indústria. Também utilizavam um discurso para que as mulheres se sentissem culpadas por “não estarem agindo conforme a sua natureza frágil”:

Muitos acreditavam [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixavam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas se trabalhassem fora do lar; além de que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (RAGO, 2004, p. 489).

Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012) destacam que apesar de terem composto grande parte da indústria, principalmente têxtil e alimentícia, as mulheres foram sendo desvalorizadas, mesmo abraçando longas jornadas de trabalho, que chegavam até a 14 horas diárias, eram expostas a situações de insalubridade e salários baixos. Com isso, as mulheres que não se conformaram com a situação incentivaram e participaram de greves, lutando pelos seus direitos. Devido a diversas manifestações, aos poucos, foram instituídas algumas leis de proteção, como por exemplo, a redução de horário de trabalho e proibição de exercer as suas funções no último mês da gravidez. Todavia, os donos das fábricas viam essa conquista como pretexto para intitular-las como frágeis e vulneráveis, dificultando o ingresso no mercado de trabalho. “[...] o trabalho feminino fora de casa passou a ser tolerado apenas como uma fatalidade da pobreza.” (MATOS; BORELLI, 2012, p. 138).

Fora da indústria a mulher assumiu funções que eram tipificadas como femininas, a exemplo disso pode-se citar costureiras, lavadeiras e vendedoras de verduras. Da mesma forma que eram desvalorizadas na indústria, neste exercício também não era diferente, assim como não era diferente as reivindicações em relação a condições melhores de trabalho. Como forma de boicote, as costureiras, por exemplo, reduziram a qualidade do trabalho fornecido, aumentando os pontos, sendo menos ágil no bordado e afrouxando a costura (MATOS; BORELLI, 2012)

Logo após assumir o poder, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto nº 19.433 de 26 de novembro de 1930. Segundo Biavaschi (2007), com a criação do ministério o presidente tinha o intuito de mudar o cenário que era estabelecido pelo governo passado:

A partir desse momento o Brasil passaria a lutar pela superação das características que, até então, marcavam sua estrutura econômica, social e política: os resquícios de uma ordem escravocrata, patriarcal e monocultora herdada dos tempos coloniais; uma sociedade eminentemente agrária; uma economia subordinada a um modelo primário exportador; um operariado urbano esparso e não organizado; uma política "café com leite", com domínio dos proprietários rurais do eixo Minas/São Paulo; o sufrágio não universal e não secreto, sem participação feminina; a Questão Social, tratada genericamente como questão de polícia. (BIAVASCHI, 2007, p.88).

Apesar das promessas de proteção social para a classe operária, as ações sindicais ainda eram reprimidas pelo governo de Getúlio Vargas e só eram aceitas se fossem reguladas pelo Estado. Dito isso, Nascimento (2003) destaca:

Segundo as ideias que inspiraram o corporativismo italiano, os sindicatos deviam permanecer sob o controle do Estado; exerciam, como a lei declara, funções originariamente da competência do Estado, por este transferidas às organizações sindicais que, assim, deviam ser entendidas como uma parcela do próprio Estado e não como entidades de direito privado com autonomia para a própria organização e desenvolvimento das suas atividades. (NASCIMENTO, 2003, p. 73-74).

Segundo Tascieli Feltrin, Natália Lampert Batista, Guilherme Carlos Correa e Elsbeth Léia Spode Becker (2018), no governo de Getúlio Vargas a educação feminina foi bastante precária. O Ministro da Educação, que compunha o governo de Vargas, Gustavo Capanema, propôs um plano de estudo regressivo para as mulheres, que deveria ser subdividido em doméstico geral, doméstico agrícola e doméstico industrial, limitando a mulher a esses trabalhos. Apesar deste modelo não ser seguido por escolas públicas, muitas instituições católicas seguiram o proposto.

No entanto, ainda conseguimos enxergar o avanço nos direitos trabalhistas que colaboraram para os dias atuais. Segundo Trad (2014), nas diversas Constituintes, destacam-se três, sendo elas: a de 1946 na qual estabeleceu o direito de greve e descanso semanal remunerado, a de 1967, que estabeleceu o limite da idade mínima e o direito ao seguro-desemprego e a Constituição de 1988, a qual

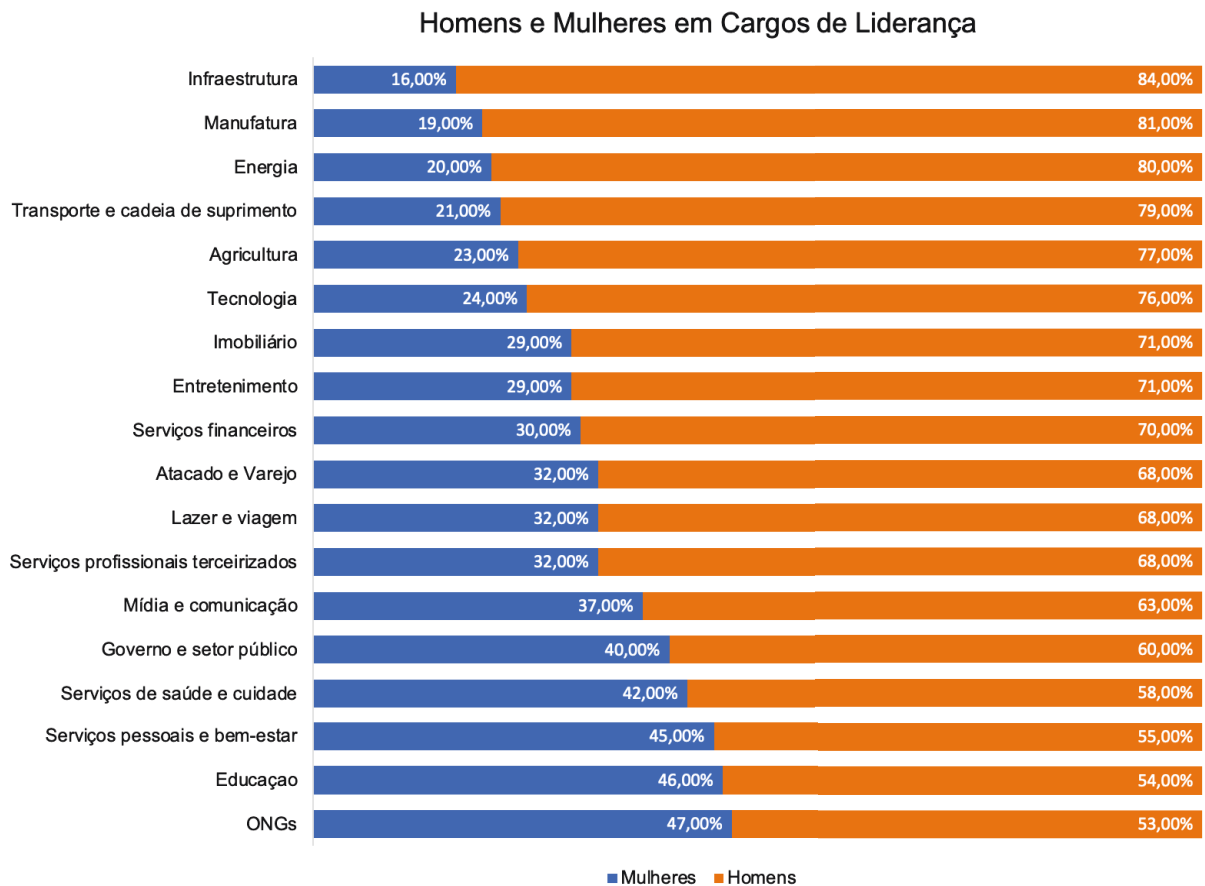
determinou o piso salarial em relação a complexidade do trabalho realizado, limitação de 8 horas diárias na jornada de trabalho e proteção contra dispensa arbitrária (toda e qualquer dispensa que não esteja fundamentada em motivos técnicos, disciplinares, econômico ou financeiro, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seu artigo 165).

Segundo Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012) cabe ressaltar que apesar das conquistas das mulheres no mercado de trabalho, foi a partir de 1970, que a mão de obra feminina foi amplamente necessária devido a diminuição do poder de compra das famílias, afetando diretamente no consumo.

Embora o processo para que as mulheres alcançassem a valorização no mercado de trabalho fosse difícil, o período industrial foi de extrema importância para analisar a melhoria da realidade contemporânea, por mais que ainda não seja o cenário ideal e ainda temos um longo caminho a percorrer para chegarmos em uma sociedade que apresente equidade e igualdade.

Hoje, vemos empresas lutando para que o machismo não esteja presente no ambiente de trabalho, no entanto, ainda encontramos relatos desagradáveis dessa conduta. Podemos enxergar claramente isso nos números divulgados, por exemplo, da quantidade de mulheres *versus* homens nos cargos de liderança. Segundo o Global Gender Gap Index, o mais abrangente estudo sobre desigualdade de gênero do mundo divulgado pelo Fórum Mundial de Economia, e conforme resumido no GRÁFICO 1, em 2022, enquanto os homens representavam cerca de 63% dos cargos de liderança, as mulheres representam 37%. Felizmente, as mulheres se destacam em alguns setores como em ONGs (47%), Educação (48%), e serviços pessoais e de bem-estar (45%). Já nos setores como tecnologia (24%), energia (20%) e infraestrutura (16%), os homens se destacam.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO GLOBAL DE MULHERES E HOMENS EM CARGOS DE LIDERANÇA



FONTE: Global Gender Gap Index (2022). Produzido por: O autor (2023)

Segundo Probst (2003), os crescentes números nos cargos de gestão são resultados de um conjunto de motivos, como por exemplo, a diminuição de fecundidade e o aumento da quantidade de mulheres instruídas no país. No entanto, essas não são as únicas razões pela qual a mulher alcança esses cargos, pois, cabe destacar que a forma de gestão também é um diferencial das mulheres. Segundo Tonani (2011), as mulheres estudam e se dedicam melhor e normalmente estão mais preparadas em processos de seleção. Destaca ainda que, na sua maioria, as mulheres estão voltadas mais às pessoas do que às tarefas, tornando-se um diferencial na liderança no mercado de trabalho.

### 3. AS INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NA VIDA DOS SERES FEMININOS

É impossível falarmos da história da mulher no Brasil, sem citarmos o envolvimento familiar na sua formação. Segundo Scott (2012), a realidade foi sendo alterada na migração do século XX para XXI, e um novo padrão era seguido, em que o casamento passa de “família patriarcal” para “família conjugal moderna”. A mulher ainda não era vista como a principal provedora da família, pois este papel ainda era do homem. No entanto, o cenário foi diferente do que foi visto anteriormente, agora a mulher vista como “rainha do lar” era responsável pela criação e educação dos seus filhos. Em contrapartida, isso não era instituído para todos os brasileiros, limitava-se apenas à burguesia. Nos primórdios da mudança de modelo familiar ideal, aqueles que usufruem do mesmo, moravam no meio urbano onde as notícias chegavam de forma muito mais rápida, já aqueles que residiam no meio rural podiam nem receber os recentes padrões a serem seguidos que eram almeçados na época pelos mais afortunados (SCOTT, 2012). Por isso, as mulheres pobres que viviam no meio rural, ainda que casadas, ajudavam a complementar a renda da família, conciliando com os afazeres domésticos e muitas das vezes eram as principais provedoras da renda.

A mulher era desvalorizada e não tinha uma chance de ter voz ativa, para expressar as suas vontades. Todavia, com o desenvolvimento social e aplicação de novas políticas públicas, a marcha lenta, a mulher que encontramos nas duas últimas décadas, tem a possibilidade de alcançar os mesmos cargos do que os homens, expressar as suas vontades dentro de casa, tomar decisões financeiras na composição da renda e decidir se quer ou não se casar e formar uma família (MATOS; BORELLI, 2012).

Segundo Melo (2013), durante a história do trabalho, identificamos o árduo processo que as mulheres tiveram que percorrer para começarem a ter voz em um mundo dominado pelos homens. Como dito nas considerações iniciais, as mulheres começaram a ingressar no mercado de trabalho para substituir os homens que iam guerrear e para complementar a renda domiciliar. Com um progresso a conta-gotas, só vimos as mulheres integrando os cargos de alta gestão, em sua maioria, no século XXI.

Como exposto por Saffioti (1985), a sociedade competitiva deu origem ao modo de produção capitalista, que tem como objetivo o acúmulo de materiais, e

conforme a condição natural da evolução social é possível observar um antagonismo dos gêneros. Este fato é evidenciado fortemente no meio de trabalho, mas não só o capitalismo teve influência desta diferença discrepante em relação a mulheres e homens no mercado de trabalho. Podemos citar o patriarcado, que tem relação estreita com o meio político, cuja característica é beneficiar homens, de preferência branco e cisgênero.

Desde o princípio da formação da sociedade, as mulheres estabeleceram o papel de reprodução, enquanto os homens realizavam a produção, ou seja, enquanto as mulheres ficavam em casa, cuidando dos filhos e realizando os afazeres domésticos, os homens iam realizar os seus devidos trabalhos fora de casa (SAFFIOTI, 1985).

Saffioti (1985) discorre ainda que em uma época mais avançada, quando a indústria começou a ser um setor mais produtivo do que a agricultura, a discriminação das mulheres em postos de trabalho crescia exponencialmente e o papel do Estado, que deveria ter sido de proteção para garantir uma equidade entre os gêneros, acabou culminando. O capitalista-patriarcal influenciou, e ainda influencia nos dias de hoje, fortemente nas decisões do Estado, que continua beneficiando apenas um grupo específico da sociedade.

O papel do feminismo se mostrou de extrema importância para a luta das mulheres em todos os âmbitos. O movimento explica que nos primórdios o conceito de trabalho na economia política econômica ocultava o trabalho realizado pelas mulheres em afazeres domésticos, sendo considerado como improdutivo (SORJ, 2004).

Dentro do mercado de trabalho, Sorj (2004) declara que é possível identificar um privilégio em relação aos homens, que quando contratados não estão relacionados com a responsabilidade de realizar afazeres domésticos. O contrário ocorre com as mulheres, que por serem associadas a esta obrigação, recebem baixos salários e condições qualitativamente inferiores.

Com o progresso da sociedade, vimos que as mulheres com filhos, conseguiram ingressar no mercado de trabalho e permaneceram por maior tempo, com isso, as empresas obrigaram-se a constituir uma nova gestão de flexibilização, nomeando-a de "responsabilidade familiar". No entanto Sorj (2004) destaca:

A maior parte dos postos de trabalho reestruturados nas empresas é ocupada por mulheres e se caracteriza por oferecer menor salário, poucas perspectivas de carreira, baixos investimentos em treinamento profissional e alta rotatividade. Certamente, a flexibilização do emprego abriu novas oportunidades no mercado de trabalho para mulheres com filhos dependentes, entretanto, longe de promover a igualdade com os homens, tais inserções, mais precárias, contribuíram para perpetuar a identificação das trabalhadoras com a vida doméstica. Isso, por sua vez, afeta negativamente as possibilidades de conseguirem bons empregos. (SORJ, 2004, p. 145).

É visível a disparidade de gênero que encontramos no mercado de trabalho, entretanto, conseguimos enxergar uma evolução no decorrer da história. Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho atingiu a marca de 54,3% em 2019, um grande avanço comparado com o ano de 2010 que apresentou 35,5% da participação feminina.

Diante dos dados apresentados, torna-se visível o motivo das mulheres comporem o maior número de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social. Diante disto, é possível explicar a importância do Estado intervindo com políticas públicas eficazes na vida das pessoas que se encontram à margem da sociedade. Na década de 90 as ondas de políticas neoliberalistas que visavam a não intervenção do Estado e comércio livre beneficiando os donos de capitais e deixando as margens a responsabilidade do governo em relação às ações sociais, vieram como um retrocesso para aqueles que lutavam por uma sociedade igualitária (SILVEIRA, 2004). Nesses termos, analisaremos a relação do Estado e políticas públicas.

Políticas públicas tornaram-se alvo de estudos no Brasil a partir de 2000, o que pode ser considerado um processo tardio se comparado com EUA e União Europeia, que iniciaram os seus estudos entre as décadas de 70 e 80 (HÖFLING, 2001). As políticas públicas podem ser resumidas como um conjunto de ações que são tomadas por agentes públicos e privados a fim de solucionar problemas encontrados na sociedade. Para Höfling (2001, p.31):

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987): é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade [...] As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado. (HÖFLING, 2001, p.31)

Silveira (2004) destaca que para romper as barreiras de desigualdade social, faz-se necessário políticas que permitam voz ativa para todos os grupos da sociedade.

A limitação deste ato, dificulta que lutas contra a falta de igualdade sejam realizadas, bem como, retira a obrigação do Estado de distribuir poder e riqueza entre classes, raças, gêneros e etnias.

Devemos expressar e avaliar os projetos disponibilizados pelo governo, pois ele apresenta soluções, dentro do âmbito de políticas públicas, que mascaram as suas reais atribuições em relação a uma problemática, utilizando a mulher como instrumento subordinado da sua falta de responsabilidade. A exemplo do trecho explicitado, Silveira (2004) expõe uma situação ocorrida em 2003, em que surge uma proposta criada pelo Ministério da Educação de um Programa de bolsa para mães cuidarem dos seus filhos até 3 anos de idade, com a justificativa que essas mulheres teriam uma proximidade maior com as crianças, no entanto, a falta de creches públicas para crianças de até 3 anos de idade é o real problema e, conseqüentemente, para a criação do programa.

A proposta citada acima, confirma atos machistas que já deveriam ter sido erradicados, confirmando que a mulher é a única responsável pela educação e cuidado dos filhos. As mulheres, devem cobrar do Estado que não sejam realizados apenas projetos pilotos, apesar de agregarem para o avanço da igualdade, mas que sejam valorizadas e incluídas de forma verdadeira e não apenas como instrumentos que substituem a falta de ação do Estado (SILVEIRA, 2004).

Como dito por Silveira (2004), o Estado sente-se confortável com a falta de resolução dos problemas, pela falta de cobrança da realização dos projetos:

O risco que os governantes correm ao não levar a cabo as medidas que se propõem é mínimo, porque as mulheres não reivindicam o cumprimento das suas promessas. Daí ser fácil comprometerem-se ao mais alto nível das instâncias governamentais e internacionais, uma vez que a retórica em geral é suficiente. (SILVEIRA, 2004, p. 70)

Em suma, o Estado tem a importante função de servir como regulador entre as classes a fim de equilibrar os seus desejos e necessidades, assumindo um papel que reconhece os direitos, cidadania e justiça. De acordo com Vieira (2004, p. 59): “sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto”. O autor conclui afirmando que se não há realização, não há direito e as políticas sociais continuarão sendo apenas meras leis escritas.

#### 4. MULHERES DA CONTEMPORANEIDADE

As mulheres do século XXI são resultado de muita luta e persistência para alcançarem um mundo de igualdade e equidade. Segundo Melo (2013), se falasse para as mulheres do passado que no futuro elas conseguiram direito ao voto, ter uma média de escolaridade maior que os homens e governar países certamente não acreditariam.

A mulher da contemporaneidade é caracterizada pelo foco no trabalho e na independência. No entanto, para muitas delas a família ainda é o centro da sua responsabilidade, ou seja, por mais que assumam papéis de uma profissional do mercado de trabalho, ainda realizam os afazeres domésticos, se responsabilizam pela educação dos filhos ou cuidam de pessoas idosas. Conseguimos confirmar esta afirmação com os dados da PNAD Contínua da edição de 2021. Na TABELA 1, verifica-se que a média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas das mulheres é cerca de 51,4% maior do que a dos homens, considerando todas as regiões do Brasil, ou seja, enquanto as mulheres disponibilizam em média 21,4 horas ou homens disponibilizam 11 horas.

TABELA 1 - NÚMERO MÉDIO DE HORAS SEMANAIS DEDICADAS AOS CUIDADOS DE PESSOAS E/OU AFAZERES DOMÉSTICOS DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE. BRASIL, 2021

<b>Região</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Norte	11,2	20,6
Nordeste	10,5	21,8
Sudeste	11,3	22,1
Sul	11,4	20,2
Centro-Oeste	9,7	19,0

FONTE: IBGE. Produzido por: O autor (2023)

Segundo Scott (2012) historicamente, as mulheres sempre foram submetidas a afazeres domésticos, além disso, era visto como uma obrigação e só era observado o que faziam, caso deixassem de fazer. Na contemporaneidade, esta percepção é menor para mulheres não pobres, no entanto em famílias em estado de vulnerabilidade social esta responsabilidade ainda é imposta às mulheres.

Já na TABELA 2 conseguimos identificar um dado ainda mais interessante: Jornada dupla, ou seja, a quantidade de horas disponibilizada para afazeres

domésticos e trabalho fora de casa. Enquanto homens brancos apresentam um total de 51,8 horas, mulheres brancas apresentam 54,4 horas, sendo 5,01% a mais. Já entre pretos e pardos, identificados que as mulheres apresentam cerca de 6,89% de horas disponibilizadas em jornada dupla.

**TABELA 2 - NÚMERO MÉDIO DE HORAS COMBINADAS NO TRABALHO REMUNERADO E NOS CUIDADOS DE PESSOAS E/OU AFAZERES DOMÉSTICOS DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR REGIÃO E GÊNERO. BRASIL, 2021**

<b>Branco</b>		
<b>Região</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Brasil	51,8	54,4
Norte	50,2	51,9
Nordeste	48,6	53,1
Sudeste	52,2	54,9
Sul	52,8	54,8
Centro-Oeste	50,9	52,3
<b>Pretos</b>		
<b>Região</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Brasil	50,8	54,3
Norte	49,5	52,8
Nordeste	48,4	52,9
Sudeste	52,5	55,9
Sul	52,5	54,9
Centro-Oeste	51,0	53,4

FONTE: IBGE. Produzido por: O autor (2023)

Outro dado interessante que foi avaliado é a taxa de desocupação do mercado de trabalho em relação ao sexo por região. Na TABELA 3, verificamos uma enorme discrepância entre homens e mulheres quando comparamos os resultados. Sendo um dado importante para identificar a desigualdade presente no mercado de trabalho. Na região norte e nordeste, encontramos as maiores taxas de desocupação, assim como a maior diferença entre homens e mulheres em desocupação. Sendo, 74,3% e 41,7% a mais de mulheres desocupadas, nas regiões norte e nordeste, respectivamente.

**TABELA 3 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR REGIÃO. BRASIL, 2021**

<b>Região</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Norte	16,0	27,9
Nordeste	21,3	30,2
Sudeste	20,2	26,4
Sul	12,2	17,8
Centro-Oeste	15,9	23,2

FONTE: IBGE. Produzido por: O autor (2023)

Na TABELA 4 é possível observar que em praticamente todas as regiões, exceto Sudeste e Sul, as mulheres apresentam uma porcentagem maior de alfabetização em relação aos homens.

TABELA 4 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE POR SEXO E GRANDES REGIÕES. BRASIL, 2021

<b>Região</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Norte	91,8	93,0
Nordeste	84,6	87,5
Sudeste	96,9	96,6
Sul	97,0	96,4
Centro-Oeste	95,1	95,2

FONTE: IBGE. Produzido por: O autor (2023)

Outro dado curioso, podemos observar na TABELA 5 que apresenta a proporção de mulheres e homens matriculados e concluintes de um curso de graduação. Podemos observar que em todos os cursos apresentados as mulheres apresentam maior taxa de conclusão do curso, ou seja, isso pode ser justificado pelo maior nível de esforço que as mulheres têm em relação aos homens.

TABELA 5 - RELAÇÃO ENTRE MATRICULADOS E CONCLUINTE DOS CURSOS COM MAIOR NUMERO DE MATRICULADOS, POR SEXO.

<b>Área</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Negócios e administração	16,9	20,5
Direito	13,6	15,4
Engenharia e profissões correlatas	13,2	15,2
Saúde (exceto medicina)	13,2	14,7
Educação	13,1	16,5

FONTE: IBGE. Produzido por: O autor (2023)

Com os dados referente à trabalho e educação apresentados é possível destacar que a educação é importante para o ingresso no mercado de trabalho, no entanto ela não age sozinha, por isso faz-se necessário a aplicação de políticas públicas eficazes, cabendo ao Estado esta responsabilidade.

A mulher, diferente do homem, é incumbida da responsabilidade de afazeres domésticos e cuidados dos filhos. Apesar de não limitar o total acesso ao mercado de trabalho, dificulta pelo fato da disponibilidade de tempo ser menor do que a dos homens, sendo assim, as mulheres acabam recebendo salários menores e ocupando a maior porcentagem de desocupação.

Quando olhamos para mulheres pretas, que pertencem à classe mais pobre dos pobres, segundo indicadores do IBGE, este cenário torna-se ainda mais precário. Estas mulheres acabam ficando à margem da sociedade, enfrentando dificuldades para que consigam algo digno, porém, o fato do ciclo vicioso entre tentar e não conseguir, elas acabam simplesmente desistindo e a sociedade por sua vez, as intitula com termos pejorativos em relação a força de vontade.

Em suma, as mulheres do século XXI são protagonistas em diversos setores, como por exemplo no mercado de trabalho e nos estudos, no entanto, é grande a sobrecarga de várias jornadas impostas a elas, que muitas vezes é romantizada pela sociedade. Desta forma, sem o apoio de políticas públicas que sejam eficazes torna-se difícil a equidade entre os gêneros.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise do contexto histórico das mulheres no Brasil, foi possível verificar a importância desses seres na organização da sociedade. Além disso, identificamos a influência das diversas variáveis na vida das mulheres e como os seres femininos tornaram-se protagonistas das suas histórias. Fechando esta esfera de conhecimento, foi possível verificar a transição da mulher do século XX para o século XXI.

A sociedade, nos primórdios, impôs à mulher um status de subordinação ao homem, que por sua vez, assumia o papel de provedor do lar. No entanto, com o passar do tempo, a mulher pode enxergar que não era necessário seguir determinadas regras delimitadas pela sociedade. Regras, que muitas vezes, eram desrespeitosas e machistas, como por exemplo, a carta assinada pelo o homem autorizando a sua esposa a atuar no mercado de trabalho.

Com o advento do movimento feminista, no qual era cobrado por direitos que deviam ser estabelecidos à mulher, o progresso social foi se desenvolvendo, mesmo que vagarosamente. As mulheres que não eram amedrontadas por posições políticas e sociais que as querem calá-las, organizaram protestos em frente a fábricas, cobrando por melhores condições de trabalho, como por exemplo, eliminação de ambientes insalubres e igualdade nos salários. Na mesma via, dentro dos seus lares, elas pleiteavam com os seus maridos referente aos cuidados com os filhos, impondo a divisão igualitária na responsabilidade de cuidados e afazeres domésticos.

Apesar dessas mulheres terem feito uma enorme diferença para a conquista da liberdade, os números ainda apresentam disparidade de gênero no mercado de trabalho. Com os dados buscados no IBGE, verificamos que em 2019 a quantidade de mulheres e homens no mercado de trabalho era de 54,5% e 73,7%, respectivamente. Ou seja, uma diferença de aproximadamente 20% positivamente para os homens. No mercado de trabalho, percebemos uma evolução a termos de participação, contudo, ainda é possível observar relatos de mulheres sendo desvalorizadas, como por exemplo, assédios morais e sexuais sofridos, diferença de salário de mesma ocupação do que o homem, falas inoportunas que levam ao constrangimento e diversas outras atitudes que desmerecem o trabalho da mulher.

O feminismo teve um importante papel dentro das ações sociais a favor das mulheres. As participantes eram interlocutoras das necessidades daquelas que eram

negligenciadas pelo Estado, deste modo, acabaram assumindo a função de acolhimento e solução de problemas proclamados, à vista disso, o Estado se absteve de muitas das suas obrigações com as políticas públicas.

Diante da perda histórica que a mulher teve em relação ao ingresso ao mercado de trabalho devido a fortes pressões patriarcais-capitalistas, o questionamento que fica em pauta é: o que o Estado, como intermediador de classe, pode fazer para que haja uma queda exponencial na disparidade de gênero e o preconceito sofrido pela mulher seja exterminado?

Em resposta a questão indagada anteriormente, as diretrizes básicas que o Estado pode retomar para fortalecer os princípios feministas são de suma importância. Inicia-se por fornecer o papel de autonomia de escolhas das mulheres, eliminando o papel de subordinação, em seguida, torna-se essencial que o Estado forneça suporte para que as mulheres possam ter a mesma qualidade no mercado de trabalho do que os homens, disponibilizando, por exemplo, creches públicas para minimizar o papel único que as mulheres têm de educação dos filhos. Além disso, o Estado pode fornecer apoio à saúde da mulher e proteção contra a violência sofrida pela mesma. Essas são algumas possíveis ações que o Estado pode seguir para que as políticas públicas sejam realizadas de forma efetiva.

De fato, no decorrer da história, a mulher apresentou um importante papel para evolução da humanidade, no entanto, a romantização de uma mulher que faz tudo para todos acaba sendo prejudicial para elas. Ser mãe, esposa, profissional, dona de casa é algo que deve ser avaliado e reavaliado, a fim de dividir as funções entre seus parceiros para que possa realizar as suas responsabilidades sem que seja danoso a suas vidas.

## REFERÊNCIAS

BIAVASCHI, M. B. **O Direito do Trabalho no Brasil 1930 - 1942**: A Construção do Sujeito de Direitos Trabalhistas. São Paulo: LTr: Jutra - Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

BRASIL. Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888. **Lei Áurea**. Rio de Janeiro : Paço do Senado, 1888. Disponível em :

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>> Acesso em : (13/08/2022)

CENTENARO, A. E. M. . **Vulnerabilidade Sócio-Econômica**: Conceito, Nova Realidade Social E Algumas Dimensões. In: II Simpósio Nacional - Desigualdades, Direitos E Políticas Públicas, 2010, São Leopoldo. Caderno de Resumos. São Leopoldo: OIKOS, 2010. v. I. p. 36-37.

CONCEIÇÃO, M. R. **A. Mulheres, Violência e Cidade**: “Demônios de Saias” na Belém Oitocentista. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. Edusp, 1996. Disponível em :

<[https://www.academia.edu/42775211/Hist%C3%B3ria\\_do\\_Brasil\\_Boris\\_Fausto](https://www.academia.edu/42775211/Hist%C3%B3ria_do_Brasil_Boris_Fausto)>

Acesso em : (13/08/2022).

GÊNERO [BASE DE DADOS]. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>> Acesso em: (09/07/2022)

GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. 1. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. v. 1.

GRANDI, G; FALEIROS, R. N. **História econômica do Brasil**: Primeira república e era vargas. (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 2) . Niterói : Eduff; São Paulo : Hucitec, 2020.

HOBBSAWM, E. J. **Os trabalhadores**: Estudo sobre a história do operariado. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes (ISSN 0100-3262). v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em : (02/01/2023)

KATZMAN, R. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.

LIMA, E. **Mulheres no mercado de trabalho**: avanços e desafios. Fiocruz, 2022. Disponível em : <<https://portal.fiocruz.br/noticia/mulheres-no-mercado-de-trabalho-avancos-e-desafios>> Acesso em : (02/01/2023)

MARQUES, E.C. **De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas**. Novos Estudos, v. 35, n. 2, p. 14-33, 2016

MARQUES, E.C. **Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade**. Revista brasileira de Ciências Sociais, v.14, n.41, p.45-67, out.1999.

MATOS, M. I.; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). Nova história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, Alexandre. **Os fatos históricos que marcaram as conquistas das mulheres**. **Revista Nova Escola**. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3522/os-fatos-historicos-que-marcaram-as-conquistas-das-mulheres#:~:text=Em%201827%2C%20por%20meio%20de,e%20muitos%20outros%20direitos%20b%C3%A1sicos..> Acesso em: 04 jan 2023.

OFFE, Claus. **Algumas contradições do Estado Social Moderno**. Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, C. A. B. **Formação do mercado de trabalho no Brasil**. Unicamp, 1998. Disponível em : <<http://www.democraciapopular.org.br/storage/app/media/formacao-do-mercado-de-trabalho-no-brasil.pdf>> Acesso em : ( 07/08/2022 )

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em : ( 07/08/2022 )

PISTORI, G. L. **O trabalho no Brasil: contexto histórico e perspectivas**. Revista do TRT da 15ª região - N 18 - 2002. Disponível em : <[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/109619/2002\\_pistori\\_gerson\\_trabalho\\_brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/109619/2002_pistori_gerson_trabalho_brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em : (13/08/2022)

POCHMANN, M. **Reconversão econômica e as tendências das ocupações profissionais no Brasil**. Leituras de Economia Política, Campinas, (5): 159-85, dez. 1997.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**, 2003. Instituto Catarinense de Pós-graduação. Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Disponível em <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em : (13/08/2022)

RAGO, M. **Trabalho Feminino e sexualidade**. In: PRIORI, M. D. (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p. 484 a 507.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil** : repressão e pretensão de legitimidade : 1964-1984. Londrina : Eduel, 2013.

RODRIGUES, P. J; MILANI, D. R; CASTRO, L. L; CELESTE, F. M. **O trabalho feminino durante a revolução industrial**. Unesp, 2015. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino\\_paulo-jorge-rodrigues.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodrigues.pdf)> Acesso em: ( 07/08/2022 ).

RODRIGUES, L. **Estudo revela o tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: ( 12/10/2022 ).

RUSSEL D, CAPUTTI J. **Femicide: the politics of women killing**. New York. Twayne Publisher, 1992.

SAFFIOTI, H. **Força de trabalho feminina no Brasil**: no interior das cifras. Perspectivas, São Paulo, v. 8, p.95-141, 1985.

SCOTT, Ana Silvia. **O caleidoscópio dos arranjos familiares**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42.

SCOTT, Joan W. **A mulher trabalhadora**. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, vol. IV, 1991. p. 443-475.

SILVEIRA, M. L. da. **Políticas públicas de gênero**: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da. (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. 1. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 143-148.

SORJ, B. **Trabalho, gênero e família**: quais políticas sociais? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da. (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. 1. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 143-148.

TAMO JUNTAS. **Atuação da ONG**. Salvador, 2020. Disponível em:  
<<https://tamojuntas.org.br/nossa-atuacao/>>. Acesso em : ( 25/11/2022)

TENÓRIO, Fernando G. (org). **Gestão de ONG's**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

THOMPSON E. P. **A formação da Classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (vol. II).

TONANI, A.V. **Gestão feminina**: um diferencial de liderança, mito ou nova realidade. VII Congresso Nacional de excelência em Gestão, 12 e 13 de agosto de 2011.

TRAD, A. **Revista Desafios do Desenvolvimento**: Setente anos de clt. Ipea, 2014. Disponível em:  
<[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2968:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2968:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em : ( 25/11/2022)

VIEIRA, E.. **Estado e Miséria no Brasil de Getúlio a Geisel**. São Paulo, Cortez, 1983. Os Direitos e a Política Social. São Paulo, Cortez, 2004.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2022**: INSIGHT REPORT. Geneva, 2022. Disponível em:  
<[https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2022.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2022.pdf)>. Acesso em: (09/01/2023)